



“Não importa que você vá devagar, contanto que você não pare”

Confúcio

CEB é destaque no seminário Lide Infraestrutura em SP

Empresários e representantes do setor elétrico, de infraestrutura, prefeituras e concessionárias relataram as suas experiências e desafios enfrentados na gestão do serviço de iluminação das vias e logradouros públicos. O encontro fez parte do seminário Lide Infraestrutura, na Casa Lide, em São Paulo. O presidente da Companhia Energética de Brasília (CEB), Edison Garcia, destacou a importância de uma gestão eficiente e sustentável para assegurar o crescimento contínuo da empresa. Também reforçou o compromisso com a inovação para oferecer serviços de qualidade. A iluminação pública é o maior consumidor de energia no Distrito Federal, com gastos anuais de R\$ 210 milhões.

Divulgação/CEB



João Dória, fundador do Lide, e Edison Garcia

Luz branca x luz amarela

Garcia alertou para a necessidade de se discutir com cuidado as alterações no normativo regulatório do setor. “Nós realizamos uma grande licitação para a aquisição de luminárias de 4000 Kelvin, que é uma luz mais branca e natural”, explicou Garcia. No entanto, a norma ABNT-51 propõe a adoção de lâmpadas de 2700 Kelvin, que produzem uma luz amarelada, sob o argumento de que a luz branca pode prejudicar a saúde e causar ofuscamento.

Apelo

“Peço à ABNT, ao Inmetro e à indústria que analisem isso com atenção. O Procel já sinalizou aos gestores que a luz amarelada é 30% menos eficiente e consome 30% mais energia. Isso resultará em um escurecimento da cidade, contrariando a expectativa de aumento da luminosidade. A nova norma vai contra a transição energética que buscamos”, destacou Garcia.

Valorização das ações

Com 80% do capital social pertencente ao GDF e ações listadas na B3, a Companhia Energética de Brasília (CEB) tem alcançado bons resultados nos últimos anos. Desde 2019, as ações da empresa passaram de R\$ 23 para R\$ 219 após a privatização da distribuidora. Atualmente, conta com 9.800 acionistas, um salto expressivo em relação aos 200 de quatro anos atrás. Em 2023, as ações da empresa valorizaram 30%.

Juiz cita Djavan e Lúcio Costa no caso dos painéis publicitários

Em sua decisão que concedeu liminar mandando desligar os 370 painéis publicitários, ao longo de rodovias do DF, o juiz Carlos Frederico Maroja, citou Djavan e Lúcio Costa entre seus argumentos. “Parece um tanto evidente que a proliferação desenfreada de painéis luminosos de publicidade de variadas dimensões por toda a cidade produz intensa poluição visual, por no mínimo afetar as condições estéticas de uma cidade que, não custa reiterar sempre, é admirada em todo o mundo exatamente pela sua harmonia urbana e elevada beleza de sua arquitetura ... Cidade que orgulha os brasilienses e é cantada em prosa e verso, e docemente mencionada nos versos de Djavan: ‘Céu de Brasília, traço do arquiteto...’? Lúcio Costa foi não menos poético ao comentar: ‘o céu é o mar de Brasília’. Pois é exatamente o céu de Brasília a primeira vítima da proliferação de engenhos publicitários por todo o lado.”, destacou o juiz da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário.

Divulgação TJDF



Jeremy Bezanger/Unsplash



Brasília com o maior número de conexões 5G

A implantação do 5G no Brasil está em processo acelerado, e já superou a abrangência do 4G quando comparado ao mesmo período de início da operação. Já está presente em 651 cidades. Em maio, já eram 27,9 milhões de acessos 5G (celulares e dispositivos com 5G). Em Brasília, foram 915,9 mil. É a cidade que, proporcionalmente ao volume de acessos, possui o maior número de conexões 5G. Aqui, para cada 4 acessos móveis, 1 é 5G. Os dados são da Conexis, a associação das empresas de Telecom.

Márcio Menasse/Embratur



Brasil se promove como destino turístico nas Olimpíadas de Paris

A Embratur lançou, em Paris, a campanha *Visite o Brasil. Aqui você sempre ganha*, que promoverá os destinos brasileiros na Europa até 31 de agosto. O evento foi realizado na Casa Brasil, durante os Jogos Olímpicos, com as presenças da primeira-dama, Janja Lula da Silva, e dos presidentes da Embratur, Marcelo Freixo, e do Sebrae, Décio Lima. Janja apresentou o vídeo *Juntos Somos Imbatíveis*, parte da campanha de mobilização pela Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. O vídeo, exibido no sábado, conta com a participação voluntária de mais de 20 atletas olímpicos e paralímpicos e passa a ser usado para aumentar o engajamento pela causa até a Cúpula de Chefes de Estado do G20, em novembro.

Parceria

A campanha de promoção do Brasil na Europa é resultado de parceria entre a Embratur e o Sebrae e será exibida em TVs, redes sociais, canais de internet e mídias exteriores espalhadas por ruas em táxis e estações de metrô de seis países europeus: França, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Portugal e Itália.

Mercado estratégico

O mercado europeu é um dos principais emissores de turistas aos destinos brasileiros. Em 2023, o Brasil foi o destino de longa distância mais procurado pelos turistas de Portugal, com 182.463 desembarques, registrando aumento de 21,85% em relação a 2022. O cenário também é positivo em relação à Alemanha. Foi o 3º destino com maior volume de viagens dos alemães para a América Latina em 2023, sendo o 1º da América do Sul. Foram 158.582 alemães visitando os destinos nacionais, atrás apenas de países europeus como Portugal e França – um incremento de 31,42% de viajantes em relação a 2022.

URBANISMO / Órgão é alvo de ação judicial que questiona legalidade de contratos com indícios de favorecimento devido à falta de licitação. Justiça mandou desligar 370 estruturas publicitárias já existentes ao longo das rodovias do DF

DER suspende instalação de painéis

Dois decisões estão freando a proliferação de painéis publicitários ao longo das rodovias do Distrito Federal. O Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER) seguiu determinação do governador Ibaneis Rocha de não mais permitir novas instalações de estruturas luminosas. O órgão também é alvo de ação judicial que pede a nulidade dos contratos vigentes. A Justiça determinou o desligamento de 370 painéis já instalados. “Não fomos notificados ainda oficialmente da decisão, mas iremos cumpri-la imediatamente quando isso acontecer”, afirmou ao *Correio*, o presidente do DER, Fauzi Nacfur.

Segundo ele, o órgão vai avaliar se entrará com recurso para derubar a decisão liminar da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF: “Arrecadamos com os painéis, R\$ 13 milhões no ano passado e esses recursos são investidos em obras e melhorias nas rodovias”, disse Fauzi.

Na semana passada, depois que o governador Ibaneis Rocha mandou suspender novas instalações, o DER baixou uma norma publicada no Diário Oficial do DF em que interrompe, por tempo indeterminado, toda e qualquer emissão/concessão de atos administrativos de competência privativa do órgão com finalidade de autorização, permissão para instalação, locação de engenhos publicitários. “Suspendemos os contratos que estavam em andamento para serem assinados e a possibilidade de outros futuros”, explicou Fauzi. Mas, disse que decretos específicos do GDF permitam há 20 anos as instalações.

Liminar

O Tribunal de Justiça do DF concedeu liminar na sexta-feira



GDF decide não permitir novas concessões para instalação de propaganda por tempo indeterminado

passada para suspender os efeitos de todas as autorizações, licenças ou permissões de exploração de publicidade e propaganda por meio de engenhos luminosos de Led ao longo das faixas de domínio do Sistema Rodoviário do Distrito Federal. O juiz Carlos Frederico Maroja, da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário, determinou que sejam desligados todos os painéis já instalado, no prazo de 24h, a partir da notificação, sob pena de multa no valor de R\$ 10.000,00 por dia de descumprimento, para cada um que ainda estiver ativo. A previsão é que a notificação ocorra até a próxima quarta-feira.

A decisão atende a pedido de ação popular sobre a legalidade dos atos administrativos do DER que permitiram as licen-

ças para a instalação de publicidade ao longo das vias públicas do Distrito Federal e a invalidação dos contratos. As empresas alvo da decisão são Zeus Publicidade, Ambiance Participações Ltda, Metrôpoles Mídia Digital, SBS Comunicação Eireli e WS Promoções Ltda.

Violação à isonomia

A ação aponta que devem ser devidamente investigados indícios de violação ao princípio da isonomia e da impessoalidade, pela verificação de favorecimento de apenas uma empresa, beneficiada com 56% das autorizações outorgadas pelo DER. “O órgão alega que ausência de regulamentação específica pelo plano diretor de publicidade que dispensaria a licitação, o que é

deveras equivocado. A administração pública rege-se pelas normas do direito público, ou seja, só pode agir conforme estipula a lei. Se não há lei, não pode agir”, contra-argumenta a decisão judicial, que mandou suspender os contratos.

A ação popular foi proposta originalmente sob o enfoque do impacto na segurança do trânsito causado pela luminosidade dos painéis eletrônicos. “Há outros aspectos que devem ser também considerados na investigação sobre a legalidade do licenciamento do enorme número (conforme informa o DER, são nada menos que 370 espalhados pela cidade, 74 dos quais engenhos de grande porte). É inegável que o espraio de tantos engenhos publicitários causa intensa poluição visual e impacta negativamente so-

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



“Decisão judicial será cumprida”, diz Fauzi Nacfur, presidente do DER

bre o projeto urbanístico tombado de Brasília”, destaca a decisão do juiz Carlos Frederico Maroja.

O governo do Distrito Federal e o DER são colocados como réus na ação. Em defesa, afirmaram entender que “não existem vedações ao DER-DF, enquanto órgão gestor das rodovias locais, autorizar/permitir a exploração comercial das Faixas de Domínio, respeitando, evidentemente, à Segurança Viária/Trânsito”. Pelos argumentos da ação, a afirmação é equivocada, “por presumir uma espécie de poder praticamente absoluto do DER sobre os territórios qualificados como faixa de domínio. Numa república democrática, nenhum poder é absoluto e ilimitado. Vias de trânsito situadas no espaço urbano são também espaços urbanos, e devem observar não apenas a

normatização definida pelo órgão gestor do trânsito, mas também as demais normas do chamado ordenamento jurídico.”

Segundo a decisão, até se ter certeza sobre a inofensividade dos engenhos publicitários, impõe-se a suspensão da situação de potencial risco. “Se o curto período de implantação dos engenhos potencialmente perigosos não permite concluir com certeza sobre o seu real impacto sobre a segurança do trânsito, há que se investigar com maior acurácia, sob a luz do debate aberto, inclusive com os setores especializados da academia, sobre a certeza de que tais engenhos sejam inofensivos, mas até então há de prevalecer a precaução que exige a inibição da situação potencialmente danosa, até prova em contrário”, aponta o juiz.